

Educação como compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia: análise dos cadernos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia

*Education as a commitment of the Psychology Council System:
analysis of the deliberative books of the National Psychology Congresses*

*Educación como compromiso del Sistema de Consejos de Psicología:
análisis de los cuadernos deliberativos de los Congresos Nacionales de Psicología*

Pablo Mateus dos Santos Jacinto¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Deliberações relativas à educação têm sido delineadas nos Congressos Nacionais da Psicologia (CNP), impulsionando o Sistema Conselhos de Psicologia a concentrar esforços nesse campo. O objetivo desta pesquisa é compreender o desenvolvimento dos posicionamentos de psicólogos brasileiros sobre educação. Uma pesquisa documental foi conduzida, utilizando os softwares Iramuteq e MaxQDA. Onze documentos de deliberações dos CNP, ocorridos entre 1994 e 2022, foram submetidos a análise temática. Identificou-se variações nos interesses da categoria de psicólogos em relação à educação ao longo dos anos, em consonância com mudanças sociais que afetam a psicologia brasileira. A pesquisa revela que os psicólogos brasileiros têm adotado uma postura crítica e propositiva em relação à Psicologia Escolar e Educacional, contribuindo para a defesa dos direitos humanos, da inclusão e da democratização da educação. Recomenda-se a realização de pesquisas para identificar o impacto concreto das deliberações do CNP nas ações do Sistema Conselhos de Psicologia.

Palavras-chave: Educação; Sistema Conselhos de Psicologia; Psicologia escolar e educacional; Congresso Nacional da Psicologia.

Abstract: Decisions related to education have been outlined in the Brazilian National Congresses of Psychology (CNP), driving the Psychology Council System to concentrate efforts in this field. The aim of this research is to understand the variation and development of Brazilian psychologists' positions on education-related topics. Documentary research was conducted, using the Iramuteq and MaxQDA software. Eleven deliberation documents from CNPs, occurring between 1994 and 2022, went through thematic analysis. The analysis allowed identifying variations in the interests of psychologists regarding education over the years, in line with social changes affecting Brazilian psychology. The research reveals that Brazilian psychologists have adopted a critical and proactive stance towards school and educational psychology, contributing to the defense of human rights, inclusion, and the democratization of education. Further research is recommended to identify the concrete impact of CNP deliberations on the actions of the Psychology Council System.

Keywords: Education; Brazilian psychology councils; School and educational psychology; National Congress of Psychology.

¹ Doutor em psicologia (UFBA). Professor Auxiliar na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista, Bahia (BA), Brasil. E-mail: pablo.jacinto@uesb.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2803856896817719>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4894-5893>.

Resumen: Las decisiones relacionadas con la educación han sido delineadas en los Congresos Nacionales de Psicología (CNP), impulsando al Sistema de Consejos de Psicología a concentrar esfuerzos en este campo. El objetivo de esta investigación es comprender la variación y el desarrollo de las posturas de los psicólogos brasileños sobre temas relacionados con la educación. Se llevó a cabo una investigación documental, utilizando los programas Iramuteq y MaxQDA. Once documentos de deliberaciones de los CNP, ocurridos entre 1994 y 2022, fueron analizados mediante análisis temático. El análisis permitió identificar variaciones en los intereses de la categoría con respecto a la educación a lo largo de los años. La investigación revela que los psicólogos brasileños han adoptado una postura crítica y propositiva hacia la psicología escolar y educacional, contribuyendo a la defensa de los derechos humanos, y la democratización de la educación. Se recomienda realizar investigaciones para identificar el impacto concreto de las deliberaciones en las acciones del Sistema de Consejos de Psicología.

Palabras clave: Educación; Sistema de Consejos de Psicología; Psicología escolar y educacional; Congreso Nacional de Psicología.

Recebido em: 04 de janeiro de 2024

Aceito em: 17 de julho de 2024

Introdução

Apesar de ter suas raízes anteriores a essa data, apenas em 1962 a psicologia é regulamentada como profissão no Brasil. A Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962) reúne informações sobre formação básica e complementar do psicólogo e direitos conferidos a esse profissional. Nove anos depois, foi promulgada a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971), que cria o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Leite (2008) associa o hiato entre a regulamentação da profissão e a criação dos Conselhos ao momento de repressão da Ditadura Militar, que prejudicava a organização política. Apenas em 1971, puxados pela Sociedade Mineira de Psicologia, diversos fóruns e entidades da psicologia brasileira se reuniram para pensar a organização da profissão.

Os Conselhos são “destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe” (Lei nº 5.766, art. 1º). A fiscalização envolve ações contínuas e ativas em busca de indícios de violações dos princípios éticos da profissão. A disciplina direciona-se àqueles profissionais que tiveram violações constatadas. A orientação reúne um conjunto de ações voltadas a aprimorar o exercício profissional no país, prevenindo situações que a aviltem. Essas funções, embora voltadas aos psicólogos, têm um fim na sociedade que usufrui da

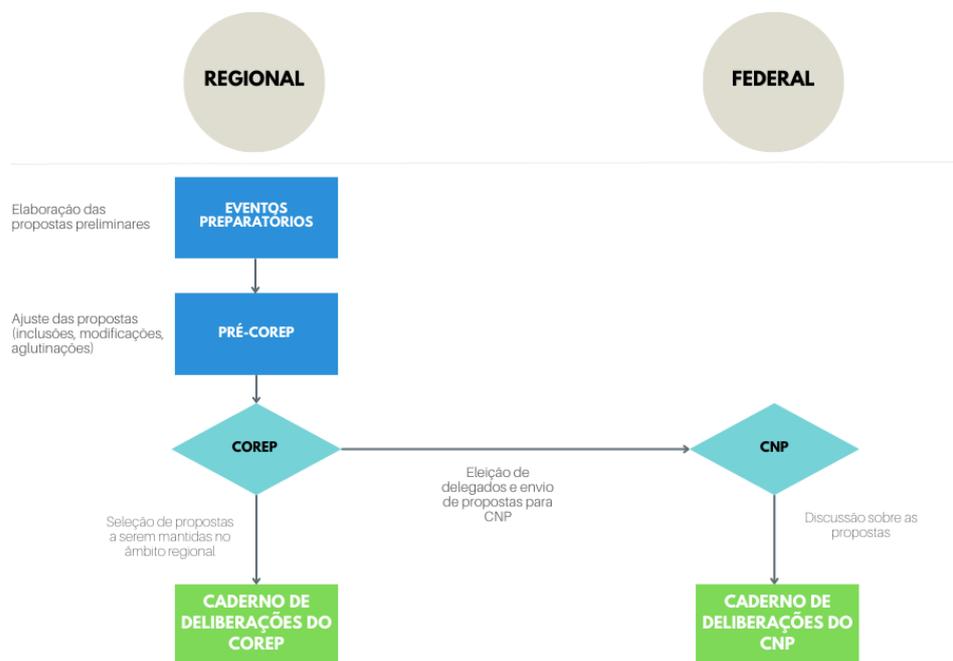
psicologia e tem direito ao acesso a saberes e práticas qualificadas. Entretanto, Leite (2008) avalia que as três “palavras de ordem” da função dos Conselhos apresentam resquícios do período ditatorial e, diante disso, merecem reflexões por parte da categoria à qual se destinam.

Holanda (1997) especifica duas funções do Sistema Conselhos de Psicologia. Primeiramente, cabe a estes órgãos definir os limites de competência do exercício profissional. Destaca-se que uma profissão inclui estrutura e a dinâmica, compondo-se de: um conjunto de saberes que a definem, autoridade relacionada ao conhecimento especializado, reconhecimento social, e um código de ética que regule o exercício. Outra atribuição apontada pelo autor é a assunção do papel consultivo em matéria Psicologia, inclusive por outros órgãos do Estado.

Para essas funções, o Sistema Conselhos de Psicologia apresenta estratégias de funcionamento que visam a garantir uma influência e aprimoramento político, técnico, regulamentador, de formação e aperfeiçoamento profissional. Internamente, busca-se estabelecer conexões e reunir informações em âmbito nacional que delineiem continuamente as evoluções do saber e da prática psicológica, conforme os contextos de atuação e as pesquisas avançam. Leite (2008) lembra que, no movimento de criação dos Conselhos, o encontro de entidades da psicologia assumiu como compromisso a promoção de reuniões nacionais que agregassem maior número de participantes.

Esse compromisso prévio à construção do Sistema Conselhos de Psicologia influenciou o seu funcionamento. Na década de 1990, inspirados nos formatos dos órgãos de controle social e, mais precisamente, das conferências de políticas públicas, os Conselhos Federal e Regionais desenvolveram Congressos Nacionais e Regionais da Psicologia (CNP e COREPs). Nesses congressos, que ocorrem a cada três anos, busca-se ouvir a categoria, desde sua base, de modo a conhecer o panorama da atuação da psicologia no Brasil, suas demandas e posicionamentos. Após votadas por delegados eleitos, as propostas aprovadas tornam-se compromissos para a próxima gestão eleita e devem conduzir os interesses e ações do CFP e CRPs. A Figura 1 representa o processo de elaboração dessas propostas.

Figura 1 - Processo de elaboração das propostas do CNP



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Nos cadernos de deliberações se encontram as propostas aprovadas. A cada ciclo são originados um caderno de âmbito federal, contendo deliberações pertinentes ao CFP por serem de interesse da profissão em todo território nacional, e cadernos regionais, um para cada CRP, trazendo propostas de interesse local.

O caderno de deliberações do primeiro CNP (nomeado “Congresso Unificado da Psicologia”) revela que seu objetivo é orientar o Sistema Conselhos de Psicologia em suas “funções de articular e acompanhar as execuções da política nacional nos âmbitos das regiões do país e de realizar as tarefas que lhe foram conferidas” (Fórum de Entidades do Conselho Nacional da Psicologia, 1994, p. 5). Parte das nomenclaturas da época não é mais adotada, mas os princípios gerais estavam lá postos. O CNP cumpriria de papel de assembleia de delegados e estabeleceria uma política nacional construída por esse coletivo a ser cumprida na vigência da gestão seguinte, até realização de novo congresso. Quem conduzia esse processo era o Fórum de Entidades do Conselho Nacional da Psicologia. Atualmente, essa mobilização cabe à própria gestão do CFP e dos CRPs.

Esse processo marca um posicionamento perene na história recente do cenário político do Sistema Conselhos de Psicologia: a democratização. Albanezi (2008) credita ao II CNP, ocorrido em 1996, a reflexão sobre de onde deveriam emanar as decisões e posicionamentos dos Conselhos. Embora as gestões que os dirigem sejam compostas de representantes da sociedade civil eleitos pela categoria de psicólogos, deveriam ser

pensadas estratégias que ultrapassassem a barreira do sistema representativo garantindo espaços horizontalizados de escuta das demandas e interesses profissionais. Emerge, assim, essa característica dos COREPs e CNP. É ainda nesses congressos que se articulam chapas para concorrer aos Conselhos Regionais de Psicologia e no Conselho Federal de Psicologia. Estabelecem-se, portanto, como ocasiões de tomada democrática de decisões, bem como de organização política. Conforme aponta Albanezi (2008, p. 24):

A estrutura de funcionamento do Sistema Conselhos de psicologia é algo ímpar entre as autarquias de conselhos de profissões, pois foi (e vem sendo) construída de forma democrática, pela categoria, após vários anos de luta, e com o dinamismo de, a cada três anos, por meio dos Congressos Nacionais, avaliar, autocriticar, atualizar e renovar os aspectos refletidos e debatidos como necessários.

Os efeitos dessa organização são evidentes no funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Uma análise detalhada das deliberações de CNP e COREP permite associar as ações realizadas pelas gestões ao que foi decidido em assembleia anterior. Permite também apresentar um panorama de críticas por posições inadequadas à decisão democrática, ou descumprimento de propostas acordadas. Um exemplo de ação puxada por decisão do CNP é a escolha de tema anual de destaque, que ganha ações de visibilização, publicações, e maior atenção do CFP. Outro exemplo é a escolha dos campos de pesquisa que serão conduzidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Os cadernos de deliberação de CNP e COREP são, portanto, documentos históricos. Eles revelam problemáticas sociais, técnicas, políticas, científicas e burocráticas que impactavam a psicologia profissão. É possível também observar como cada parcela do coletivo de psicólogos entendia as prioridades do Sistema Conselhos de Psicologia, ou quais abordagens e formas de intervenção eram propostas para cada tema ou campo de atuação.

O tema “educação” desponta desde os primeiros debates do CNP. Sabe-se que a Psicologia Escolar e Educacional foi um dos pilares históricos da atuação psicológica no Brasil. Ademais, a psicologia contribui com o campo educacional para além da esfera prática, tendo seus saberes atrelados aos currículos das escolas normais e, posteriormente, das licenciaturas, especialmente a de pedagogia (Magalhães; Martins, 2020; Jacinto; Dazzani, 2023).

Porém, apesar da relevância desse campo para a profissão, a Psicologia Escolar e Educacional revelou fragilidade como direito social, sendo exceção principalmente na realidade pública. Apenas em 2019 foi aprovada a Lei nº 13.935, que obriga os entes públicos contratarem psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Entretanto, ainda hoje há problemas de implementação e não cumprimento dessa legislação.

Outro fator relevante é a multiplicidade de orientações frente à prática na educação, tornando a Psicologia Escolar e Educacional um campo diverso e, por vezes, internamente antagônico. A confluência desses fatores gera uma demanda de alinhamento teórico, prático e ético, bem como defesas políticas para sua valorização e ampliação nos diversos estratos sociais. Esse papel reverbera nas funções dos CFP e CRPs, o que tem sido demonstrado em ações tomadas (ampliação dos Grupos de Trabalho Comissões de Educação, produção de referências, participação em audiências públicas e órgãos de controle social sobre o tema, etc.).

Para compreender melhor esse cenário, bem como desempenhar uma análise histórica tomando como ponto de partida a realização do primeiro CNP, esta pesquisa teve como objetivo analisar as deliberações dos Congressos Nacionais da Psicologia acerca das demandas educacionais que se apresentam à profissão de psicólogo(a) no Brasil, apreciando, assim, os posicionamentos do Sistema Conselhos de Psicologia sobre esse campo.

Método

A metodologia de pesquisa adotada foi qualitativa, documental e exploratória. A pesquisa documental justifica-se pela natureza dos dados de interesse, garantindo a fidedignidade das fontes, com informações oficiais e historicamente relevantes, mas que não haviam passado por tratamento de análise científica. Foram coletados e analisados 11 cadernos de deliberação do CNP, sendo o primeiro datado de 1994 e o último de 2022. A Tabela 1 apresenta a relação desses documentos.

Tabela 1 – Cadernos de deliberações analisados

Documento	Tema	Ano
I CNP	Repensando a psicologia	1994
II CNP	O Psicólogo vai mostrar a sua cara	1996
III CNP	Psicologia: Interfaces, políticas públicas, globalização	1998
IV CNP	Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da Psicologia	2001
V CNP	Protagonismo social da psicologia	2004
VI CNP	Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão	2007
VII CNP	Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão	2010
VIII CNP	Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos	2013
IX CNP	Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária	2016
X CNP	O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais	2019
XI CNP	O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais	2022

Fonte: elaborado pelo autor, 2023².

² Os documentos coletados, bem como os segmentos de texto analisados podem ser acessados integralmente através do repositório aberto na plataforma Open Science Framework, no seguinte link: <https://osf.io/r9aj4/>

Foram selecionadas para constituir *corpus* de análise todas as deliberações e moções presentes nesses documentos que se referem à educação. Trechos que abordassem apenas a formação em psicologia, embora parte do escopo de interesse da Psicologia Escolar e Educacional, não compuseram o conjunto de dados, pois delineavam um campo extremamente específico – apesar de amplo – muitas vezes posto à parte nos documentos.

Então, foram percorridas duas etapas independentes e intercaladas de análise. A etapa 1 utilizou o software MaxQDA e foi pautada pela análise temática, envolvendo a formulação de categorias representativas que permitem interpretação e resposta ao problema de pesquisa. A análise temática tem como objetivo identificar padrões, heterogeneidade externa e homogeneidade interna nos dados, a fim de caracterizar a amostra de forma precisa (Souza, 2009). A heterogeneidade externa diz respeito à clareza na diferenciação de cada tema quando comparados entre si. Já a homogeneidade interna, relacionada à coerência e consistência dos dados dentro de cada fonte de informação, garante a unidade de significado e evita confusões na análise. Neste estudo, optou-se por uma postura indutiva, sem a definição prévia de categorias. A formação das categorias e a codificação dos dados ocorreram durante a leitura dos segmentos de texto selecionados. Essa abordagem permitiu a identificação de temas e subtemas de forma mais orgânica e flexível, considerando a complexidade dos dados coletados.

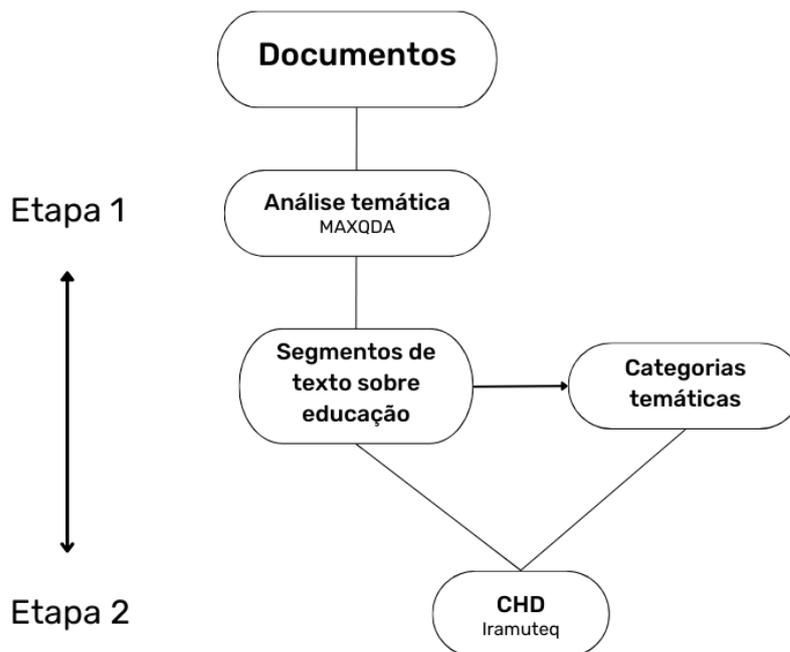
A etapa 2 foi sustentada pelo *software* Iramuteq, e buscou traçar o perfil lexicométrico dos dados. Camargo e Justo (2013) apontam que o Iramuteq é um software que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, como contagem de palavras (lexicografia básica) e procedimentos estatístico de verificação de relação entre palavras, segmentos de texto e corpus textual (análises multivariadas).

Nesta pesquisa, utilizou-se os recursos de estatística de texto, análise de similitude e Classificação Hierárquica Descendente. Houve dois conjuntos de *corpora* analisados de modo independente. O primeiro envolveu todos os segmentos de texto selecionados nos documentos; o segundo conjunto incluiu os segmentos que compuseram cada categoria de análise elaborada na etapa 1. A partir do primeiro conjunto, foi possível analisar tendências textuais de cada documento, no tocante ao tema educação. A partir do segundo, foi possível elaborar classes estatisticamente significativas que caracterizaram as amostras categorizadas nos temas.

Os resultados obtidos em ambas etapas foram confrontados e complementados. Os procedimentos do Iramuteq permitiram identificar conexões entre elementos textuais, bem como estabelecer categorias estatisticamente formuladas com termos associados por segmento

de texto. Já a análise realizada no MaxQDA permitiu maior aprofundamento na particularidade dos documentos, maior detalhamento de categorias e visão histórica dos elementos. A Figura 2 representa as etapas metodológicas adotadas.

Figura 2 – Procedimentos metodológicos



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Resultados e discussões

Análise temática das propostas contidas nos documentos

Após a leitura e processo de codificação temática dos dados, organizou-se os resultados nas seguintes categorias, ilustradas por ordem decrescente de frequência de ocorrência no total de documentos analisados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das categorias no conjunto de documentos

Categoria	Documentos
Organização política	11
Direitos Humanos e cidadania	10
Políticas públicas	10
Fortalecimento da profissão	10
Papel orientador	9
Educação inclusiva e combate ao capacitismo	9
Medicalização e patologização	6
Promoção à saúde	5
Combate à violência	4
Outros	9

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Organização política

Inclui os compromissos voltados à organização política da categoria profissional em conselhos, sindicatos e outros órgãos de mobilização social e gestão participativa. Desenvolvida a CHD, no Iramuteq, foram constituídas quatro classes com conteúdos lexicométricos. Sousa *et al.* (2020, p. 5) apontam que “a CHD realiza uma análise de agrupamentos (clusters) sobre os segmentos de texto de um corpus, de modo que o material é sucessivamente particionado em função da coocorrência de formas lexicais nos enunciados”. Formam-se, assim, classes lexicamente homogêneas pautadas no vocabulário analisado, que dão margem de interpretação ao pesquisador. Nesta categoria, a Classe 1 inclui discussões referentes a duas leis que demandaram luta: a tentativa de implementação do projeto Escola sem Partido; e a aprovação e posterior regulamentação da lei que determinaria a inserção obrigatória de psicólogos nas escolas públicas. A Classe 2 apresenta como proposta a aproximação da categoria às associações que dialogam com temáticas educacionais: Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). A Classe 3 tende a relacionar a educação a um direito e sugere que a psicologia seja uma via de sua garantia à sociedade civil. A Classe 4 defende a aproximação da psicologia nos fóruns e Conselhos Estaduais, Municipais e Nacionais de Educação.

Direitos Humanos e cidadania

Incluem-se os posicionamentos referentes à defesa da educação como uma via de garantia da cidadania, bem como espaço de defesa dos Direitos Humanos. Pautas referentes ao respeito às diversidades (étnico-racial, de gênero e sexualidade, principalmente) foram incluídas, porém nem sempre explicitamente condicionadas à educação como Direito Humano. Após aplicação da CHD, foram originadas cinco classes.

A Classe 1 inclui os povos tradicionais e quilombolas como sujeitos de direito de interesse para a psicologia e apresenta propostas de aprimoramento da educação voltada a essas populações, e da contribuição da psicologia na formação de profissionais que com elas atuam. A Classe 2 inclui aspectos legais referentes à efetivação da psicologia nas escolas, bem como riscos provenientes de projetos que impactam a democratização e liberdade da educação. A Classe 3 inclui o combate à discriminação e à violência contra pessoas LGBTQIA+, o racismo e o preconceito de classe na escola. A Classe 4 enfatiza as questões étnico-raciais e cobra da psicologia um compromisso com uma educação inclusiva nesse quesito. A Classe 5 inclui cobranças ao Sistema Conselhos de Psicologia

na participação da construção dos planos nacionais de Direitos Humanos e projetos associados. Acrescenta também a necessidade do tema “educação em Direitos Humanos” como parte da formação permanente em psicologia.

Políticas públicas

Esta categoria pontua a psicologia nas políticas públicas educacionais e intersetoriais. A utilização da ferramenta CHD organizou cinco classes significativas. A Classe 1 apresenta um conjunto de propostas que conecta a educação à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A Classe 2 discute aspectos relacionados à formação da psicologia (com currículo participativo com apoio das comunidades escolares), bem como de entidades que agreguem ações de luta pelos direitos da população atendida pelas políticas educacionais. A Classe 3 é composta por elementos referentes aos conselhos de controle social da educação, bem como sua contribuição para a qualidade da educação. Sugere, por exemplo, que o CFP incentive a participação de psicólogos nesses órgãos. A Classe 4 traz destaque à intersetorialidade, sugerindo a interrelação da prática psicológica no contexto educacional com as políticas de saúde e assistência social, como expressão também do compromisso social da psicologia. Por fim, a Classe 5 inclui questões referentes à gestão e a participação da psicologia nos planos e políticas de Direitos Humanos e educacionais.

Fortalecimento da profissão

Essa categoria inclui a defesa do fortalecimento qualitativo da Psicologia Escolar e Educacional, como a valorização da profissão diante das equipes multiprofissionais, bem como o reconhecimento do saber psicológico perante as demandas escolares. Inclui também um fortalecimento quantitativo, atribuído à ampliação de concursos públicos para psicólogos escolares. A Classe 1 envolve a realização de concursos em todas as esferas de governo. A Classe 2 trata sobre a articulação da psicologia com as associações que englobam a educação para a garantia da inserção da psicologia nos espaços educacionais. A Classe 3 corresponde à proposta de luta pela inserção da psicologia como disciplina do Ensino Médio. A Classe 4 inclui a defesa de funções privativas do psicólogo e reafirma seu papel como profissional da educação e de outros setores públicos e organizações comunitárias. A Classe 5 foca o fomento de discussões sobre a atuação da psicologia, no intuito de sensibilização social e a parlamentares. A Classe 6 enfatiza a determinação legal de inclusão do serviço da psicologia nas escolas.

Papel orientador

A categoria reúne o conjunto de propostas que reafirma o papel orientador do Sistema Conselhos de Psicologia para difundir e qualificar a atuação da Psicologia Escolar e Educacional através de eventos, documentos, notas técnicas e outras estratégias pertinentes. Cinco classes foram formuladas através da CHD. A Classe 1 inclui a ação das comissões do CFP e associações a ele vinculadas na divulgação dos documentos orientadores à comunidade escolar e sociedade, fomentando saberes sobre a psicologia. A Classe 2 mantém a perspectiva de divulgação sobre os fazeres da psicologia escolar, propondo ações nos canais de comunicação do CFP e o desenvolvimento de um ano temático sobre Psicologia Escolar e Educacional. A Classe 3 inclui o acionamento ao CREPOP como ferramenta de produção de saber sobre a prática e recurso de gestão nos processos de orientação. A Classe 4 foca a estratégia de campanhas (principalmente de saúde mental), sugerindo a realização dessas atividades em escolas. A Classe 5 sugere a realização de eventos, com participação ativa da categoria e apresentação de trabalhos que fomentem debate e deem visibilidade à atuação da Psicologia Escolar e Educacional.

Educação inclusiva e combate ao capacitismo

Apresenta defesa da expansão e qualificação da educação inclusiva, bem como estratégias ativas de combate ao preconceito contra as pessoas com deficiência no contexto educacional. A Classe 1, gerada pela CHD, classifica a deficiência como uma temática referente aos Direitos Humanos e aproxima demandas de inclusão às demandas de outras formas de combate às discriminações (racial, de gênero, etc.). A Classe 2 inclui propostas de difusão do debate sobre deficiências em parceria com profissionais da educação e associações de psicólogos. A Classe 3 apresenta propostas que focam as práticas de educação inclusiva que têm sido realizadas por psicólogos escolares e educacionais, sugerindo seu aprimoramento. Por fim, a Classe 4 busca suplantiar uma perspectiva de encarar a educação de modo inclusivo, não apenas como uma técnica, mas como um posicionamento político.

Medicalização e patologização

Esta categoria e as seguintes, pela reduzida quantidade de segmentos de texto nos resultados, não garantiriam cálculos significativos para aplicação da ferramenta CHD, no Iramuteq. Portanto, a análise ocorreu com base nos gráficos de similitude gerados pelo *software*, que agrupam palavras com base nas correlações entre si.

Esta categoria apresenta discussões sobre a medicalização que recai sobre os estudantes, bem como a patologização dos comportamentos emergentes no cenário escolar. Se pauta em uma posição crítica de discussão e combate a essas práticas. Entre as medidas sugeridas estão: desenvolver ações de combate à discriminação e patologização no sistema educacional; incentivar intervenções psicológicas que considerem o contexto escolar, extrapolando uma visão organicista dos fenômenos mentais; promover eventos e campanhas sobre o tema; fortalecer discussões e parcerias com outras entidades afins; e atualizar referências técnicas para atuação de psicólogas na educação inclusiva, considerando o tema da medicalização.

Esse tema se inicia no cenário pesquisado apenas após o VII CNP (2010). Um ano depois, se constitui o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, unindo entidades para discutir a questão, gerado no evento apoiado pelo CFP intitulado “I Seminário Internacional ‘A educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos’”. Em 2012, o CFP lança a campanha “Não à Medicalização da Vida – Medicalização da Educação”, disseminando mais a pauta para o Sistema Conselhos e sociedade.

Promoção à saúde

Essas propostas defendem o psicólogo escolar e educacional como promotor de saúde em contextos educacionais. Há explícita a defesa da integração da psicologia nas equipes multidisciplinares das escolas. Sua atuação deveria considerar ações de saúde partindo de temas como: prevenção do suicídio, violências, sofrimento psíquico, saúde mental, inclusão escolar, redução de danos e luta antimanicomial. Também é destacada a importância de campanhas educativas em escolas, empresas e mídia, e a necessidade de atualização de práticas profissionais e conscientização sobre questões de estigma, preconceito e normatização.

Combate à violência

Refere-se ao papel da psicologia frente ao combate às situações de violência ocorridas no contexto escolar e em políticas públicas que interagem com a escola. Há menção à relação entre violência e vulnerabilidade social, LGBTfobia, questões de gênero e diversidade. Sugere-se que o enfrentamento à violência exige considerar a intersetorialidade entre educação, saúde e assistência social. Este tema aborda também os efeitos das situações de violência que, além dos impactos à saúde mental, demarcam trajetórias escolares precarizadas e marcadas pela evasão.

Outros

Nesse ponto foram incluídas propostas como: psicologia de modo a atuar frente aos entraves da instituição escola, educação para o trânsito, intervenções diretas nos processos de ensino-aprendizagem, psicopedagogia e socioeducação. Esses temas foram mencionados e, em raros casos, melhor explorados em eixos não relacionados diretamente à educação.

Evolução histórica das categorias de propostas

Através da ferramenta *code matrix*, do Maxqda, foi possível identificar a evolução da ocorrência de cada tema. A Tabela 3 apresenta essa evolução, contendo frequência absoluta de ocorrência de propostas incluídas em cada categoria de acordo com cada caderno de CNP.

Tabela 3 – Histórico de ocorrência de categorias de propostas por CNP

Categoria	CNP										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
Organização política	2	1	6	7	10	8	14	4	5	3	6
Direitos Humanos e cidadania	2	1	2	0	5	3	5	3	10	6	11
Políticas públicas	8	1	5	1	4	8	2	0	1	5	5
Fortalecimento da profissão	8	0	1	5	2	3	8	6	7	3	5
Papel orientador	2	0	0	4	1	10	11	2	6	6	6
Educação inclusive e combate ao capacitismo	1	0	0	1	5	9	2	1	5	5	5
Medicalização e patologização	0	0	1	0	0	0	4	6	3	3	6
Promoção à saúde	2	0	0	0	0	1	2	0	0	3	1
Combate à violência	0	0	0	0	0	0	0	1	6	4	2
Outros	3	0	3	0	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: elaboração do autor, 2023.

A análise temporal das propostas presentes nos documentos do CNP proporciona uma visão da evolução das pautas. Evidencia-se constâncias, mas também se revelam lacunas e transformações significativas em determinados temas. Essa retrospectiva não só enriquece a compreensão da trajetória da psicologia no próprio contexto político, mas também ressalta a influência de eventos sociais externos. “Organização política” e “Direitos Humanos e cidadania” foram temas regulares ao longo dos CNPs, estando presentes na maioria dos documentos em frequência alta. Outros como “políticas públicas” e “fortalecimento da profissão” parecem ser enfatizados em momentos de forte debate público no campo da psicologia. Por exemplo, nos anos anteriores a 2019, havia luta pela promulgação da que seria a Lei nº 13.965/2019, que institui a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes

sociais nas políticas públicas educacionais. Assim, justifica-se o número de propostas de fortalecimento da profissão entre o VII e o IX CNP, com textos que buscavam ratificar a importância do profissional psicólogo na escola pública.

Outros temas como o “combate à violência” e “medicalização e patologização” ficaram por muitos anos sem serem enfatizados pelos psicólogos nos CNPs. Quanto às discussões sobre medicalização e patologização, conforme apresentado no tópico específico, havia um movimento acadêmico e político que buscava pesquisar, discutir e dar visibilidade à pauta que, embora não nova, ocupava um espaço restrito na Psicologia Escolar e Educacional no país.

Apesar da unanimidade da preocupação sobre a violência nas escolas na prática da Psicologia Escolar e Educacional, houve a ausência de abordagem desse tema durante muitos anos nas discussões políticas mediadas pelos CNPs. Na primeira ocorrência (VIII CNP, 2013), menciona-se a preocupação acerca das vulnerabilidades sociais e da violência sexual no contexto escolar. A proposta citada parece associar um tema ao outro como condição, o que não reflete a sua complexidade. No CNP seguinte (IX CNP, 2016), fortalece-se um conjunto de discussões sobre Direitos Humanos e o tema violência vem associado. Assim, os documentos passam a relacionar violência na escola às discriminações de raça, gênero, orientação sexual, religião, etc. Apesar de outros temas serem abordados (mediação de conflitos e violência de Estado contra estudantes), no documento mais recente (XI CNP, 2022), a relação entre violências e discriminações permanece em voga. Entretanto, é questionável por que, por tantos anos, essa instância política não se voltou a discutir violência. E, assim sendo, quais impactos essa invisibilização de pauta gerou no exercício do Sistema Conselhos de Psicologia e na atuação em Psicologia Escolar e Educacional no país?

Fenômeno semelhante ocorreu com o tema da “inclusão e combate ao capacitismo”. Nos quatro primeiros CNPs, (1994-2001), essa temática é praticamente ignorada. É possível que isso se deva ao entendimento de que as discussões a respeito da atuação da psicologia frente às especificidades das pessoas com deficiência em contexto educacional estivessem pacificadas, visto que esse tema classicamente compõe a área (Coll; Marchesi; Palacios, 2007). Entretanto, conforme as políticas educacionais se reestruturam, novas demandas são evidenciadas. Para mencionar um dos marcos, em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Constatou-se que nesse período há a maior ocorrência de propostas nos cadernos analisados sobre essa temática (VI CNP).

Por outro lado, por vezes as manifestações da psicologia frente a essa pauta não coincidem com movimentos e bandeiras externas. Por exemplo, o cenário imediato de luta pela instauração do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que se deu em 2015, coincide com as propostas estabelecidas no VIII CNP. Entretanto, neste documento pouco se fala sobre as relações entre inclusão e educação e suas implicações para a atuação da psicologia.

Destaca-se ainda o crescimento das propostas enfatizando o papel orientador do Sistema Conselhos de Psicologia a partir do VI CNP (2007). No ano anterior, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi fundado, fortalecendo o papel orientador dos Conselhos e vinculando essa função à condução de pesquisas sobre cenários de trabalho no primeiro setor, sejam clássicos ou emergentes. Embora a orientação fosse uma atribuição preexistente dos Conselhos de Psicologia, a criação do CREPOP ampliou as demandas nesse aspecto, conforme evidenciado nos cadernos subsequentes à sua fundação.

Um efeito dessas deliberações foi a pesquisa conduzida pelo CFP por meio do CREPOP sobre a psicologia na educação básica pública, deliberada em 2008 e iniciada em 2009. Como desdobramento, em 2013, foram publicadas as "Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica", que, até sua reedição em 2019, se consolidou como o principal recurso orientador do CFP e CRPs para profissionais que atuam nesse contexto.

Das pautas históricas às demandas contemporâneas

Antunes (2008) demonstra que mesmo antes do reconhecimento científico da psicologia, temas referentes aos fenômenos psicológicos figuravam no pensamento colonial brasileiro, especialmente nos contextos educacionais. No século XIX, esses temas foram incorporados aos currículos das escolas normais, lugares onde, no século seguinte, os primeiros especialistas em psicologia desenvolveram pesquisas sobre psicologia e educação (Sekkel; Barros, 2013). Nesse cenário, a psicologia se alinhava à cientificização da educação e à construção do ideário nacionalista brasileiro, operando – também através da educação – como ferramenta de higienismo social (Patto, 2022), evidenciando um caráter de controle de corpos, em contraste com a visão emancipatória que emergiria seis décadas após.

Em meados do século XX, mesmo a psicologia dita comprometida com o processo de ensino-aprendizagem era, segundo Antunes (2008), criticável pela utilização indiscriminada e descontextualizada das ferramentas psicológicas na escola. As

interpretações oriundas dos métodos clínicos e psicométricos alijavam com frequência os fenômenos históricos e sociais que perpassam os atores da escola. Souza (2009) revela que é apenas a partir da década de 1980 que se constitui uma perspectiva crítica da Psicologia Escolar e Educacional, enfatizando a importância de pensar um estudante concreto o exercício de uma prática que integralize métodos e técnicas comprometidas com a superação das desigualdades sociais.

Assim, os avanços da psicologia-ciência deveriam estar acompanhados dos avanços da psicologia-profissão, caso o interesse fosse construir uma prática em Psicologia Escolar e Educacional efetiva e progressista. Nesse sentido, as categorias identificadas neste estudo não revelam demandas aleatórias ou abstratas aventadas pelos psicólogos em espaço de discussão política, mas fenômenos concretos que atravessam as problemáticas educacionais e os processos de escolarização no Brasil. Porém, ao examinarmos os documentos, percebemos que a transição de temas de interesse ao campo opera de modo pouco ordenado, nem sempre sendo evidente sua origem. Há ainda uma intermitência entre temas tradicionais e contemporâneos.

Por exemplo, contrariando a abordagem tradicional da Psicologia Escolar e Educacional, centrada em temas como aprendizagem e desenvolvimento humano, as propostas identificadas nesta pesquisa transcendem as questões "básicas". Há uma indicação de que a categoria profissional organizada no contexto político de construção dos CNPs pensa essa área voltada para uma abordagem mais contextualizada, considerando as nuances históricas e culturais que permeiam o cenário educacional, o que coaduna com a configuração atual da área conforme apontado por Antunes (2008). Reflete também um distanciamento da Psicologia Escolar e Educacional da atuação clínica, o que Barbosa e Marinho-Araújo (2010) entendem como fortalecimento da identidade. Por outro lado, lembramos que, embora as propostas analisadas nesta pesquisa orientem a atuação do Sistema Conselhos de Psicologia e reverberem na categoria profissional do território nacional, a prática de uma psicologia comprometida com a mudança social e com a análise das demandas educacionais, a partir de uma compreensão que extrapole a culpabilização do indivíduo pelo não aprendido, obedece a uma luta teórica e política mais complexa. Por vezes, essa prática se afasta dos ideais aqui identificados.

Percebe-se, entretanto, que há uma maior ênfase em uma psicologia que transcende as intervenções individualistas, sinalizando a importância de uma atuação com foco institucional e social mais amplo. Isso pode ter reverberações em determinadas temáticas, tradicionalmente associadas a uma atuação individualizada da psicologia dentro e fora da escola, dentre elas as intervenções em saúde. Embora os documentos

pesquisados, quando analisados integralmente, não tenham negligenciado o tema da saúde mental (por vezes assumindo a centralidade em diversos eixos), ficou evidente sua pouca abordagem nas propostas referentes à educação.

Na perspectiva crítica em psicologia, a saúde no contexto escolar não é enxergada de modo à parte das práticas institucionais, históricas e políticas, nem dos fenômenos que delas reverberam. Assim sendo, podemos associar as demais categorias identificadas nos documentos como, em alguma medida, vinculadas aos processos de saúde. Entretanto, partindo dessa perspectiva teórica, compreende-se uma crítica aos modelos de saúde que foram introjetados no contexto escolar, por vezes transportando processos clínicos e profiláticos para a escola (Lima, 2005), ou operando em moldes higienistas de controle de comportamentos tidos como normais e socialmente aceitáveis (Patto, 2022).

Ou seja, intervir na saúde mental na escola demanda ultrapassar o entendimento biomédico dos processos de saúde-doença, e não se limitar ao *setting* clínico terapêutico ao qual a psicologia historicamente delineou sua atuação e não se adequa a um padrão de escola insubmisso à lógica médica. Esse posicionamento parece ser frequente nas camadas politicamente organizadas da psicologia, o que se manifesta nos documentos aqui analisados. Entretanto, Jacinto e Dazzani (2022) demonstraram que tais discussões não impediram que as práticas clínicas protagonizassem a expectativa de atuação da psicologia escolar no cenário público, pois ainda é frequente que esse modelo de atuação seja requisitado nas atribuições dos editais de concurso, bem como nos conteúdos programáticos exigidos em suas provas.

Enfim, a análise das propostas reflete uma orientação por uma perspectiva de psicologia comprometida com a mudança social, condizente com a psicologia escolar crítica (Meira; Antunes, 2003). Mesmo temas que tradicionalmente eram abordados de forma distinta passaram a ser enxergados dentro desse contexto, evidenciando uma transição significativa na compreensão da Psicologia Escolar e Educacional, ao menos por parte dos profissionais politicamente organizados que contribuíram com a elaboração dos documentos aqui analisados. Assim sendo, cabe ao Sistema Conselhos efetivar esse posicionamento e à categoria acompanhar, fiscalizar e contribuir com determinadas ações.

Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como temáticas referentes à educação têm sido historicamente abordadas nos Congressos Nacionais da Psicologia, espaços nos quais a categoria de psicólogos discute pautas prioritárias que devem constituir

compromissos para o Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia).

A análise permitiu demonstrar que os temas emergentes das discussões propostas nos CNPs acompanham aspectos históricos e políticos circundantes à psicologia, e constituem demandas concretas na profissão. Assim, temas contemporâneos figuravam ao lado de tradicionalismos da Psicologia Escolar e Educacional, os extrapolando em ocorrência.

Constatou-se que há temáticas recorrentes na prática profissional que não foram abarcadas no mesmo ritmo pelos CNPs, como a violência, a saúde e a inclusão. Predominaram temas condizentes com problemas sociais recorrentes e uma forte relação com a educação pública como campo de intervenção da psicologia.

Apesar de parte das deliberações comporem pautas contínuas no Sistema Conselhos de Psicologia, observou-se que algumas delas (por exemplo, as políticas públicas e a discussão sobre medicalização) se objetivaram em ações pontuais concretas do CFP, como realização de pesquisas, campanhas e publicações. Contudo, a efetivação dessas propostas na prática ainda demanda um olhar crítico. É fundamental questionar se as ações propostas nos cadernos do CNP têm se traduzido em práticas efetivas no cotidiano da Psicologia Escolar e Educacional.

É importante ainda reconhecer algumas limitações do método adotado. A estrutura dos documentos também se alterou ao longo do tempo, tornando a amostra pouco homogênea. Enquanto em alguns CNP havia eixos específicos para educação, em outros houve dispersão da pauta. Nesses casos, a falta de clareza em algumas propostas, com a aglutinação de temas pouco correlatos, pode interferir na precisão do Iramuteq. Essa complexidade situa a necessidade de cautela na interpretação dos resultados, pois nem sempre a presença de palavras-chave que remetesse à educação garantia que o trecho analisado fosse relevante para os objetivos.

Por fim, este estudo abre espaço para a utilização mais ampla e aprofundada dos cadernos de deliberações dos CNP como fontes de dados e reflexão. A compreensão mais aprofundada das propostas, sua evolução histórica e a análise crítica das orientações teóricas subjacentes podem servir como guia para aprimorar práticas, promover discussões mais robustas e estimular inovações na psicologia que respondam de maneira mais eficaz às necessidades educacionais contemporâneas.

Referências

- ALBANEZI, R. M. B. Funcionamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia: CNP/APAF. In: *Conselho Federal de Psicologia*. Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia. Brasília: CFP, 2008. pp. 21-24.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, p. 469-475, 2008.
- BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 1962.
- BRASIL. *Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971*. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 1971.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/tp2013.2-16>.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. et al. *Desenvolvimento Psicológico e Educação* (2ª ed., Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais; v. 3). Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FÓRUM DE ENTIDADES DO CONSELHO NACIONAL DA PSICOLOGIA. *Documento 001/94 do Fórum de Entidades do Conselho Nacional da Psicologia*, criado pela resolução nº 012/94, 1994.
- HOLANDA, A. Os conselhos de psicologia, a formação e o exercício profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 17, n. 1, p. 3-13, 1997.
- JACINTO, P. M. S.; DAZZANI, M. V. M. Atribuições e competências para o psicólogo escolar: uma análise do perfil requerido em concursos públicos. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M.; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L. (Orgs.). *Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935/2019*. Grupo Átomo & Alínea, 2022.
- LEITE, W. S. Lei 5.766: uma cara conquista. In: Conselho Federal de Psicologia. *Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia*. Brasília: CFP, 2008. pp. 10-13.
- LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. *Psicologia Argumento*, v. 23, n. 42, p. 17-23, 2005.
- MAGALHÃES, G. M.; MARTINS, L. M. Onze teses sobre a relação entre psicologia educacional e pedagogia escolar. *Revista Educação em Questão*, v. 58, n. 55, 2020.
- MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. *Psicologia escolar: práticas críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 70-78, 2003.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2022.

SEKKEL, M. C.; BARROS, C. C. *Licenciatura em psicologia: temas atuais*. São Paulo: Zagodoni, 2013.

SOUSA, Y. S. O. *et al.* O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei*, v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2020.

SOUZA, L. K. D. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, maio/ago. 2019.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 13, p. 179-182, 2009.